

## JOÃO DO RIO E AS RELAÇÕES DE PODER NAS TRANSFERÊNCIAS CULTURAIS DA *BELLE ÉPOQUE* BRASILEIRA

### JOÃO DO RIO AND THE POWER RELATIONSHIPS IN CULTURAL TRANSFERS OF BRAZILIAN *BELLE ÉPOQUE*

Douglas Vinícius Souza Silva\*

**RESUMO:** O artigo examina a trajetória intelectual de João do Rio, pseudônimo de Paulo Barreto, por meio do estudo de sua biblioteca particular. Inclui-se a consulta a alguns escritos pessoais e profissionais do autor, nos quais se encontram, muitas vezes, registros de experiências de leitura. Tal estudo possibilitou mapear as transferências culturais (COOPER-RICHET; GUIMARÃES, 2012) por meio da intensa circulação e divulgação de livros e dos comentários sobre países estrangeiros feitos pelas crônicas da época. Nesse contexto, os resultados ajudam a compreender tanto as relações de poder nos contatos culturais entre Brasil e Portugal, questionando a ideia de que somente a cultura brasileira foi influenciada pela europeia, quanto o trânsito das produções culturais em via de mão dupla. Contudo, a análise das polêmicas envolvendo João do Rio, relacionadas a sua defesa de Portugal como pátria irmã do Brasil, revela a assimetria das transferências nas relações de poder entre as duas culturas.

**PALAVRAS-CHAVE:** biblioteca; transferências culturais; relações de poder.

**ABSTRACT:** The article examines the intellectual trajectory of João do Rio, Paulo Barreto's pseudonym, through deep study of his private library. The investigation includes the consultation of some of the author's personal and professional writings, in which records of reading experiences are often found. This study made it possible to map cultural transfers (COOPER-RICHET; GUIMARÃES, 2012) through the intense circulation and dissemination of books and comments concerning foreign countries, which can be found in the century's chronicles. In this context, the results help to understand both the power relationships in cultural contacts between Brazil and Portugal, questioning the idea that only Brazilian culture was influenced by European culture, and the two-way transit of cultural productions. However, the analysis of the controversies involving João do Rio, related to his defense of Portugal as Brazil's

---

\* Mestre em Linguística Aplicada (2020, UNICAMP), doutorando também em Linguística Aplicada (UNICAMP), licenciado em Letras (2015, UNICAMP) e bacharel em Estudos Literários (2018, UNICAMP). E-mail: dodo.vinicius.ds@gmail.com.

sister country, reveals the asymmetry of transfers in the power relationships between the two cultures.

**KEYWORDS:** library; cultural transfers; power relationships.

## INTRODUÇÃO

João do Rio, pseudônimo com que ficou conhecido o escritor João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Coelho Barreto, filho de Alfredo Coelho Barreto e Florência dos Santos Barreto, viveu entre 1881 e 1921, falecendo, às vésperas da Semana de Arte Moderna, com apenas 40 anos. Escreveu romances, contos, teatros, reportagens e crônicas, porém ficou mais conhecido por esses dois últimos gêneros. Trabalhou em jornais do Rio de Janeiro, fez parte da Academia Brasileira de Letras e viajou pela Europa, tendo fechado contratos editoriais em Portugal. A formação escolar de João do Rio não está totalmente esclarecida. O biógrafo João Carlos Rodrigues (1996, p. 27) relata que “há poucas pistas do período escolar de Paulo Barreto. Num artigo do início da carreira, afirma ter estudado no colégio do Mosteiro de São Bento”, e, ao tentar confirmar a informação, o autor mostra que “os livros de matrícula confirmam que andou por lá nos anos 1894 (n. 101) e 1895 (n. 382), mas apenas nas aulas de Português” (RODRIGUES, 1996, p. 27).

Paulo Barreto teve uma grande biblioteca particular em seu palacete. Seu acervo, doado por sua mãe, Florência, para o Real Gabinete Português de Leitura, é um dos principais objetos de estudo do presente artigo. A investigação é proposta acerca das leituras empreendidas por Paulo Barreto, a partir do que se pode inferir pela sua biblioteca, e pela sua produção escrita em periódicos – como crônicas, resenhas e artigos – e em correspondências pessoais. Este artigo é fruto do projeto *No Rastro das Leituras: a biblioteca de João do Rio*, financiado pela FAPESP e orientado pela Profa. Dra. Orna Messer Levin<sup>1</sup>. A bolsa de pesquisa esteve inserida no projeto temático *Circulação Transatlântica dos Impressos – a globalização da cultura no século XIX*, cujo intuito foi compreender os parâmetros sociais e culturais que explicam a circulação das ideias entre Brasil, França, Inglaterra e Portugal, durante o grande século XIX, mais precisamente de 1789 a 1914<sup>2</sup>.

O presente estudo, a propósito da biblioteca de João do Rio, teve em vista três pontos centrais: a análise da trajetória intelectual de um escritor/cronista, com ênfase nas leituras que possivelmente realizou, segundo o que é possível depreender dos livros que constituem

<sup>1</sup> Número do processo: 13/26111-3. Mais informações disponíveis em: <https://bv.fapesp.br/pt/bolsas/150551/no-rastro-das-leituras-a-biblioteca-de-joao-do-rio/>.

<sup>2</sup> ABREU, Márcia. *A Circulação Transatlântica dos Impressos – a globalização da cultura no século XIX*. Livro - revista do núcleo de estudos do livro e da edição, Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicação e Artes - Universidade de São Paulo, p. 115-130, 2011. Disponível em: <http://www.circulacaodosimpressos.iel.unicamp.br/index.php?cd=3&lang=pt>. Acesso em: 5 nov. 2013.

seu acervo e dos registros manuscritos que legou; a análise de tal perfil com base nos dados da circulação de livros naquele tempo, que incluem a relação de João do Rio com a cultura estrangeira e seu papel de mediador cultural, enquanto divulgador de livros franceses, ingleses e, principalmente, portugueses; e as relações de poder nas transferências culturais entre países colonizadores e ex-colônias, em especial o contato cultural entre Portugal e Brasil.

A partir desses pontos, o artigo pretende problematizar a defesa irrestrita que João do Rio fazia de Portugal, a qual, entre outros fatores, fez com que o autor se envolvesse em diversas polêmicas midiáticas e pessoais. O principal questionamento se relaciona à ideia de que haveria uma identidade comum aos brasileiros e portugueses a partir do compartilhamento da mesma língua, algo que futuramente seria defendido como lusofonia, em releitura do conceito de lusotropicalismo (FREYRE, 1940). Nesse sentido, percebe-se que, nos escritos de João do Rio no final do século XIX e início do XX, a ideia já era fortemente defendida por ele e por seus pares. Tal concepção cultural e política, como o artigo buscará demonstrar, desconsidera as relações de poder no contato entre as duas nações, o que contribui para a perpetuação da lógica de submissão colonial. Simultaneamente, Paulo Barreto defendia um nacionalismo com aversão aos estrangeirismos de outras línguas, como inglês e francês, o que reforça a identidade nacional intimamente ligada à identidade linguística. Ainda assim, boa parte da sua formação teórica e literária foi lida em francês, como sugere o fato de 64% de sua biblioteca estar nessa língua, e um de seus principais ídolos, Oscar Wilde, escrevia, majoritariamente, em inglês. Além disso, João do Rio traduziu uma obra de Wilde para o português a partir de uma tradução francesa.

## ASPECTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi realizada em diversas etapas, considerando teóricos, como Darnton (2010, p. 171), que defendem que “há de ser possível desenvolver uma história, bem como uma teoria da reação do leitor. Possível, mas não fácil, pois os documentos raramente mostram os leitores em atividade, modelando o sentido a partir dos textos, e os próprios documentos também são textos, o que requer interpretação”. Assim, para a realização da pesquisa, foi necessário o diálogo entre diversos documentos, primários e secundários, que oferecessem peças para montar o quebra-cabeça, sempre incompleto, da recepção das obras constituintes da biblioteca de João do Rio, bem como da sua trajetória letrada de mediador cultural.

A primeira etapa da pesquisa foi um levantamento das obras que constituem o acervo de João do Rio no catálogo digital do *Real Gabinete Português de Leitura*, a fim de realizar a primeira descrição do acervo. Em seguida, para entender as relações pessoais de João do Rio que se tornaram perceptíveis nas dedicatórias que recebia, foi necessário consultar correspondências particulares do autor (D’AVILA, 2013). Ainda no campo de seus escritos, buscando entender a

relação entre sua biblioteca e sua profissão nos periódicos, o catálogo bibliográfico de João do Rio, organizado por João Carlos Rodrigues (1994), foi fundamental. Esse catálogo conta com um breve resumo de cada uma das publicações do cronista, o que possibilitou selecionar os escritos jornalísticos relativos às informações que se destacam no acervo e nas missivas, dentre as quais: a relação de João do Rio com Portugal, com Oscar Wilde, com o Positivismo e com a *Academia Brasileira de Letras*. Vale destacar que o presente artigo se debruçará na compreensão do primeiro item, a relação do mediador com Portugal. Além das crônicas, foram consultadas, a partir do catálogo bibliográfico, as resenhas literárias para entender o papel de João do Rio na divulgação de escritores brasileiros e estrangeiros.

Houve ainda uma etapa em que um estudo de campo foi realizado no *Real Gabinete Português de Leitura*, no intuito de observar as anotações manuscritas nas obras que constituíam essa biblioteca particular. Foi possível registrar, a partir da consulta física dos títulos que formavam essa biblioteca, notações de leitura, grifos e dedicatórias, significativas para preencher lacunas na compreensão das relações que se desenhavam a partir da pesquisa com os outros documentos. Essa etapa também contribuiu para evidenciar os temas que seriam de maior interesse do escritor. Consultas à *Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional* foram realizadas a fim de buscar, principalmente, crônicas inéditas de João do Rio, e a fim de identificar editores, livreiros e letrados – aqui tomados como mediadores culturais – cujos nomes apareceram nas fontes descritas anteriormente. As resenhas de João do Rio sobre obras de autores brasileiros e portugueses também foram colhidas na *Hemeroteca Digital*. Em resumo, os aspectos metodológicos da pesquisa buscaram agrupar documentos da vida pessoal e privada de João do Rio a documentos da sua vida profissional e pública, para melhor compreender as mediações polêmicas que protagonizou, no que diz respeito às relações de poder entre produtos culturais brasileiros e lusitanos.

## **APRESENTAÇÃO E PRIMEIRAS INTERPRETAÇÕES DA BIBLIOTECA DE JOÃO DO RIO**

No dia 11 de junho de 1922, o jornal *O Paiz* narrou uma das reuniões realizadas no Real Gabinete Português de Leitura, com o objetivo de prestar duas homenagens, uma a Luiz de Camões e outra a João do Rio, que falecera de um mal súbito, dentro de um táxi, um ano antes. O autor estava sendo homenageado exatamente pela doação de seu grande acervo particular à instituição. O texto publicado no periódico, que se assemelha a uma ata da reunião, declara que: “A biblioteca que a progenitora de Paulo Barreto ofereceu ao Gabinete ficou colocada ao lado esquerdo de quem entra e ocupa mais de 90 estantes, compondo-se de: 4.042 volumes,

dos quais 913 em português, 2.589 em francês, 224 em italiano, 143 em inglês, 166 em espanhol, 17 em latim e dois de música”<sup>3</sup>.

Do montante de obras constituintes da biblioteca, que totalizaria 4.042 volumes, foi possível tabular e analisar 1.966, já que o restante de acervo ainda está em processo de catalogação pelo Real Gabinete. Sendo assim, o presente estudo parte de uma amostragem do conjunto da coleção doada ao Gabinete. A coleção que resultou na biblioteca de João do Rio foi reunida por vias diversas: herança, presentes e aquisições. O escritor descendia de Alfredo Coelho Barreto, um importante matemático e positivista que possuía livros dessa filiação filosófica. Após a sua morte, esses livros continuaram na família e vieram a se somar aos livros do filho, cujo interesse tendeu para a área das humanidades. É possível afirmar que parte dos livros herdados por João do Rio está relacionada ao estudo do Positivismo, porém não é possível distinguir quais, dentre os demais livros, pertenceram ao pai. A título de exemplo, nota-se o registro manuscrito: “Este exemplar pertence ao Sr. Alfredo Coelho Barreto”, na obra *Trente Lettres d’ Auguste Comte*.

O acervo, logicamente, também foi formado pelas aquisições próprias de João do Rio, principalmente por ele ser um letrado do período. Entretanto, não há vestígios de suas compras em volumes nacionais. Mas, em volumes importados, há marcas autorais, notações da pena de João do Rio, sugerindo que os encomendasse na cidade do Rio de Janeiro. Um dos registros de importação se encontra nas obras completas de Oscar Wilde, cuja aquisição se deu por intermédio da livraria Casa Crashley, situada à Rua do Ouvidor. O próprio cronista descreve a importação em um artigo intitulado *O breviário do artificialismo*, em que conta como travou os primeiros contatos com a obra de Oscar Wilde, enquanto estudava literatura inglesa com Mrs. Fox, “uma inglesa gorda, que usava óculos”. A professora teria tentado censurá-lo, sem sucesso, pelo desejo em conhecer Wilde. Ele conclui a lembrança relatando que “seis meses depois a casa Crashley mandava-me participar que tinham chegado os meus Wildes”. Não se sabe se João do Rio adquiriu outras obras pela mesma importadora ou se encomendou a outros livreiros, pois esse foi o único registro de transação comercial encontrado.

Outra via de formação do acervo se relaciona à fama de Paulo Barreto, visto que recebia muitos títulos de autores nacionais e internacionais, normalmente acompanhados de dedicatórias. O Real Gabinete sinaliza dedicatórias em 179 obras das 1.966 catalogadas. Vale considerar a possibilidade de existirem outras obras com dedicatórias, embora sem o registro da instituição. Além dos livros com dedicatórias pessoais a João do Rio, alguns dos títulos presentes no acervo se destinavam aos redatores dos jornais onde ele trabalhou. Deduz-se que ele

<sup>3</sup> O Paiz, Rio de Janeiro, 11 de junho de 1922, p. 4. A ortografia de todas as citações de textos escritos no século XIX foi atualizada por mim.

tenha se apossado dos livros, como foi o caso, por exemplo, do exemplar da ópera *Saldunes* de Coelho Neto, destinado pelo autor “À ilustrada redação d’A Cidade do Rio. Att. Coelho Netto”<sup>4</sup>.

A análise da formação do acervo se revelou importante, principalmente no que diz respeito à herança paterna. Não se sabe o que precisamente teria pertencido a Alfredo Coelho Barreto, por isso, inferiu-se que os livros positivistas lhe pertenceram. Esse primeiro cuidado foi crucial para não aproximar erroneamente os interesses de João do Rio às ideias positivistas, pois ele pode não ter lido esses livros. Há, no acervo, o livro *Circulaires Anuelles D’Auguste Comte*, no qual se encontra uma dedicatória do pai a Paulo Barreto, junto a uma carta de duas páginas. Porém, as páginas do exemplar sequer foram cortadas, o que sugere que não tenham sido lidas pelo filho<sup>5</sup>. O fato faz pensar que João do Rio não tenha dado a importância desejada pelo pai à leitura daquela obra. Abreu (2013, p. 69) demonstra que, em situações como esta, pode haver “um possuidor de centenas de livros nunca lidos e de um leitor de centenas de livros jamais possuídos” dialogando com Darnton (2010) na defesa de que um catálogo de uma biblioteca particular pode servir como um perfil do leitor, ainda que não tenhamos lido todos os livros que nos pertencem e tenhamos lido muitos livros que nunca adquirimos.

Darnton (2010, p. 122) defende que “os estudos das bibliotecas particulares têm a vantagem de ligar ‘o quê’ com o ‘quem’ da leitura”, o que é difícil de ser feito em bibliotecas públicas. O autor considera a abordagem do acervo particular uma boa estratégia para se estudar as leituras de uma época e, no caso específico, de um autor. Por outro lado, Chartier (1998, p. 24) alerta que “o acesso ao impresso não pode ser reduzido à exclusiva posse do livro: nem todo livro lido é necessariamente possuído”. Dessa forma, a pesquisa deve contar com outras fontes que considerem o que não estava em posse de João do Rio, o que justifica as etapas metodológicas apresentadas anteriormente. Faz-se importante a observação do artigo de Anastácio (2013), que sintetiza parte dos olhares lançados para as características e detalhes do acervo, como assinaturas demarcando leitura, grifos e dedicatórias. A pesquisadora afirma que nos estudos das bibliotecas particulares, principalmente aquelas formadas a partir de mais de um membro da família:

É difícil identificar lógicas de constituição individuais. Por isso, adquirem um significado particular as marcas de posse personalizadas visíveis em determinados livros, ou as dedicatórias inscritas em obras oferecidas a uma ou outra personagem, uma vez que permitem associar certos livros a certos indivíduos (ANASTÁCIO, 2013, p. 51).

<sup>4</sup> Dedicatórias recolhidas durante a pesquisa de campo no Real Gabinete Português de Leitura. Encontra-se em marginalia nos livros: NETO, Coelho. *Saldunes*. Lisboa: Tavares Cardoso & Irmão, 1900.

<sup>5</sup> Era comum que os livros, montados a partir da dobragem das páginas impressas, chegassem sem o corte que separaria uma página da outra e possibilitaria a leitura. Por isso, o fato de João do Rio sequer ter cortado as separações, o que permitiria a leitura, sugere o desinteresse pelo título.

Outro importante estudo sobre bibliotecas particulares é o de Ferreira (1999), que estudou as bibliotecas de médicos e advogados, utilizando inventários, testamentos e leilões como fonte. Ao perceber a predominância da literatura e da língua francesa nos acervos, afirma que esse dado vai ao encontro de uma formação comum aos leitores ilustrados daquele tempo. O mercado editorial estimulava o interesse por essa língua por meio dos “livreiros e tipografias que alimentavam ainda mais a francofilia, preservando anúncios exclusivamente em Língua Francesa” (FERREIRA, 1999, p. 316). O próprio João do Rio descreve a formação francesa dos letrados na crônica *O Brasil Lê*, na qual defende que “não há público que mais acompanhe o movimento intelectual francês, e que o assimile com tanta facilidade”<sup>6</sup>.

Os resultados relacionados ao local de edição das obras constituintes da biblioteca de João do Rio confirmam o que foi apresentado em relação às línguas. Assim, Paris é a cidade que apresenta maior número de editores presentes, já que 57% do acervo foi editado lá, sendo parte desse total em conjunto com Lisboa. Apesar desse dado, as cartas, as crônicas e as demais produções do proprietário do acervo demonstram uma aproximação mais íntima com a cultura portuguesa, o que será desenvolvido adiante.

## TRANSFERÊNCIAS CULTURAIS E HISTÓRIA DO LIVRO

Para analisar a biblioteca particular, esta pesquisa se inscreve na perspectiva da história cultural e, principalmente a partir de teorias da recepção, beneficia-se do conceito de transferências culturais (COOPER-RICHET; GUIMARÃES, 2012), visto que toma João do Rio como um mediador entre Portugal e Brasil. Nesse sentido, sua biblioteca particular materializa as formas pelas quais ocorriam as transferências culturais e evidencia a dinâmica dessas trocas. É nessa perspectiva que Espagne descreve a existência de coleções de livros estrangeiros em determinados países, defendendo que:

Estes livros, por não estarem escritos na língua da maioria, são acessíveis apenas a uma pequena minoria de leitores. Por vezes, não são lidos de modo nenhum, mas continuam sendo uma espécie de depósito simbólico de um saber externo, estrangeiro. Decerto, é importante saber que uso foi feito deles no contexto de recepção, mas se pode considerar muito mais importante observar a gênese destes depósitos, já que por ela se reconhece uma forma de imbricação entre duas culturas (ESPAGNE, 2012, p. 25).

A biblioteca de João do Rio pode ser um exemplo desses depósitos, pois é composta, em grande medida, por livros estrangeiros, sendo 64% do total do acervo de origem francesa. No mesmo artigo, Espagne demonstra a importância de se estudar o modo com que os

<sup>6</sup> *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1903, ed. 329, p. 1.

acervos estrangeiros se formaram; as possíveis recepções de ideias e leituras interpretativas que propiciaram; e de que modo tais questões aproximam as duas culturas – de origem e de destino dos livros – explicitando de que maneiras elas se relacionam, o que pode evidenciar as dinâmicas de poder entre as culturas.

Embora a maioria das obras que compõe sua biblioteca seja de língua francesa, as crônicas, cartas e livros de autoria de João do Rio demonstram um contato mais próximo com Portugal. Dessa forma, tanto em razão do acervo quanto pela produção escrita, faz-se necessária uma análise particular desse contato, bem como do modo pelo qual ocorreram as transferências culturais por ele protagonizadas, levando em consideração que:

As transferências culturais nunca acontecem **em sentido único**, como mostra a existência em Paris, no século XIX, das revistas intelectuais em português, cuja herança, cultural e jornalística, provém tanto da França, do Brasil quanto de Portugal, e está claro que todos esses processos de mestiçagem vieram enriquecer e dar à imprensa brasileira sua identidade e suas particularidades, para *in fine* fazer dela um **veto completamente singular** (COOPER-RICHET; GUIMARÃES, 2012, p. 21, grifos meus).

Seguindo o que afirmam as pesquisadoras, a mediação de João do Rio, no contato entre o Brasil e outros países, foi analisada nas duas direções. O objetivo foi perceber de que maneira a cultura estrangeira esteve presente no material brasileiro, e, na outra direção, como João do Rio teria sido responsável pela expansão da divulgação da cultura brasileira no exterior. Porém, a análise dessas transferências, neste artigo, se diferencia do que defendem as autoras na medida em que se percebe uma assimetria de poder no contato entre as diferentes culturas, com elementos de continuidade da lógica colonial.

Desse modo, ainda que o “veto completamente singular” não seja, de fato, “em sentido único”, as relações operavam em certos processos de submissão brasileira perante a cultura colonizadora, dificultando a compreensão das nações como “irmãs”, como defendeu João do Rio; ou a posterior ideia de lusotropicalismo, de Freyre (1940); ou, ainda, a mais recente ideia de lusofonia, enquanto identidade comum aos falantes de português. Um ponto importante, portanto, é investigar os letrados, os textos e as trocas culturais que contribuíram para a propagação dessa ideia de simetria na distribuição de poder que evita lidar com as opressões coloniais e, com isso, as perpetua. Há um paralelo possível ao que defende Schwarcz (*apud* MOTA, 2019) sobre a perpetuação do autoritarismo ao longo da história brasileira, que se dá por meio de comportamentos, teorias, políticas públicas e discursos no geral que “evita[m] as hierarquias para, no silêncio, reafirmá-las”.

De volta ao contexto específico da biblioteca de João do Rio, a pesquisa conta com autores e teorias sob a perspectiva da História do Livro e da Leitura. Darnton (2010, p. 125)

defende que existe um circuito relativamente comum no ciclo de vida dos livros, que “pode ser descrito como um circuito de comunicação que vai do autor ao editor (se não é o livreiro que assume esse papel), ao impressor, ao distribuidor, ao vendedor, e chega ao leitor”. O autor apresenta ilustrações do funcionamento desse circuito e o exemplifica mencionando editores e autores. Posteriormente, defende que qualquer pesquisador da história do livro e da leitura pode definir uma parte específica do circuito todo para se debruçar, como há vários exemplos bem-sucedidos, mas “como quer que definam seus temas, eles não conseguirão extrair seu significado pleno a menos que relacionem com todos os elementos que operavam em conjunto, como um circuito para a transmissão dos textos” (DARNTON, 2010, p. 138). Ou seja, o pesquisador não pode desconsiderar os agentes envolvidos na transmissão de um texto, no caminho do autor até o leitor.

Completando a ideia de Darnton, a materialidade das obras que compõem a biblioteca particular de João do Rio foi considerada, assumindo que editores exercem papel relevante na construção de significados, ou melhor, a materialidade da edição exerce esse papel. Como defende Chartier (1997, p. 67), autor, livreiro-editor, comentador e censor buscam conseguir controlar o sentido dado a um livro, logo “é preciso lembrar que as formas que fazem com que os textos sejam lidos, ouvidos ou vistos participam também da construção de sua significação”.

Por fim, considera-se o aspecto da circulação transatlântica dos impressos, das pessoas e das ideias, o que justifica a apropriação, para efeito dessa análise, das teorias relacionadas às transferências culturais, em especial, o conceito de “mediador”. Quanto a isso, Darnton aponta para a necessidade de considerar os limites ou a ausência deles na história dos livros da seguinte maneira:

Mas os livros não respeitam limites, sejam linguísticos ou nacionais. Muitas vezes foram escritos por autores que pertenciam a uma república internacional das letras, compostos por impressores que não trabalhavam em suas línguas maternas, vendidos por livreiros que não operavam além das fronteiras nacionais, e lidos num idioma por leitores que falavam outra língua (DARNTON, 2010, p. 148-149).

Em síntese, “autores não escrevem livros: não, escrevem textos que outros transformam em livros” (CHARTIER, 1991, p. 182). Partindo dessa compreensão sobre as relações entre autores, livros, editores, livreiros, leitores e demais agentes envolvidos na república internacional das letras, desdobramos os contatos e trocas de João do Rio especificamente com Portugal.

## **O CRONISTA E PORTUGAL**

João do Rio atraiu muita atenção e ganhou destaque devido aos conflitos e às polêmicas em que se envolveu, no que diz respeito tanto à vida pessoal quanto profissional e política.

Em muitas de suas crônicas, criticou o fato de os brasileiros procurarem imitar costumes, principalmente, franceses, seja em hábitos cotidianos, seja no uso da língua. Chegou a ironizar os norte-americanos, ingleses e europeus de um modo geral. Portugal, todavia, não recebeu os mesmos ataques, talvez por compartilhar a língua oficial do Brasil e pelas críticas estarem focadas nos aspectos linguísticos, como anteriormente abordado.

João do Rio criticou as famílias que enviavam seus filhos para estudar no exterior e passar a “falar bem duas ou três línguas estrangeiras”. Ele defendeu, na crônica *A Educação no Estrangeiro*, que “os pais ricos do Brasil, na sua maioria, estão cometendo, sem o saber, no seu esnobismo, um crime tríplice: contra os filhos, contra a família e contra a pátria”<sup>7</sup>. Dois meses antes, na crônica *Estrangeirite*, afirmou que “a língua é uma defesa, uma barreira contra a invasão e uma terrível arma de conquista. Vê a Inglaterra, vê a Alemanha”<sup>8</sup>. No texto, o cronista também se colocou contrário àqueles que voltavam de viagem procurando falar várias línguas no próprio cotidiano, a ponto de quase não se reconhecerem como brasileiros, e citou exemplos de madames que insistiam em chamar o empregado português Antônio de “Antoine”. Reconhecer que a língua constituía um espaço de disputa de poder demonstra que o cronista estava atento aos processos de construção de hegemonia cultural, ainda que ele não reconhecesse que a língua portuguesa poderia ser uma ferramenta de manutenção da dominação portuguesa sobre sua ex-colônia, o Brasil.

Além disso, sua crítica ao uso de estrangeirismos parece apontar para um paradoxo, visto que ele mesmo realizou várias viagens à Europa e se mostrou inclinado ao cosmopolitismo da *Belle Époque*. O autor utilizou elementos marcadamente estrangeiros em sua literatura e em suas vestimentas, divulgou – e até defendeu – a cultura transatlântica e, ainda, utilizou expressões em inglês e francês nos seus textos jornalísticos. Isso, sem considerar o reiteradamente citado fato de que ele defendia a união entre Brasil e Portugal.

A questão linguística é abordada por Casanova na tentativa de analisar a formação da “República Mundial das Letras”, conceito que deu nome ao livro. Para Casanova (2002, p. 33), “a língua é um dos principais componentes do capital literário”, constituindo-se como um instrumento de poder, por isso há textos mais valorizados simplesmente em razão da língua em que foram escritos. E, ainda assim, “a sociologia política da linguagem só estuda o uso (e o ‘valor’ relativo) das línguas no espaço político-econômico, ignorando aquilo que, no espaço propriamente literário, define seu capital linguístico-literário” (CASANOVA, 2002, p. 33). Dessa forma, a valorização do português nos textos destacados de João do Rio pode estar ligada a uma busca pelo reconhecimento literário de autores brasileiros. Esse aspecto parece contraditório, tratando-se de Paulo Barreto, principalmente no que diz respeito ao teatro nacional – o qual ele normalmente desvalorizava – e a sua relação íntima com Portugal. De forma semelhante, Casanova (2002) aborda tal contradição ao afirmar que, muitas vezes, os

<sup>7</sup> *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1911, Ed. 226, p. 01.

<sup>8</sup> *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 10 de junho de 1911, Ed. 161, p. 01.

autores inserem expressões ou mesmo elementos sonoros de línguas cujo valor literário é maior para que sua obra seja reconhecida. A autora observa que o francês, no século XIX, foi a língua de maior prestígio literário. Do ponto de vista geográfico, portanto, Paris se tornou a capital desse universo cultural.

João do Rio chegou a desprezar os artistas brasileiros ao comparar seus trabalhos com o de artistas estrangeiros. Em sua crônica *A Solução dos Transatlânticos*, publicada no livro *Cinematógrafo*, o autor criticou arduamente os atores nacionais e observou que os próprios atores reclamavam do público, porque este daria atenção apenas às companhias estrangeiras. Contudo, ponderou que na produção brasileira “não se faz nada de novo, não se trabalha, não há direção, não há elã. Só se aumenta em pretensão e em defeitos” (JOÃO, 2009, p. 112). Ao comentar a temporada nacional de 1910, no Teatro Municipal, João do Rio declarou que “foi a menos nacional de todas as coisas nesse país essencialmente estrangeiro” (PEIXOTO, 2009, p. 116). Posteriormente, criticou o empresário da temporada, afirmando que o teatro nacional nunca existiu. Sobre o teatro estrangeiro, ele diz:

As companhias estrangeiras, que eram raras, começaram a vir aos montes, passaram a demorar mais tempo, quase todo o ano, e positivamente agora nós temos o estreitamento das relações com a Itália e com Portugal, através de um bando de artistas que passam lá quatro meses e oito cá, – artistas transatlânticos, teatro transatlântico (JOÃO, 2009, p. 114).

Com o trecho anterior da crônica *A Solução dos Transatlânticos*, nota-se que o próprio João do Rio, assim como parte dos letrados do período, percebia a aproximação cultural entre os países, ainda que separados pelo oceano. A intensa circulação, no Brasil, de impressos e companhias teatrais estrangeiras possibilitou o trânsito de pessoas e ideias, e foi facilitada por mediadores culturais, tornando-se necessário buscar:

Examinar novas possibilidades de ultrapassar o quadro nacional da história cultural pelo estudo de forma quase micrológica do processo de translação de um objeto entre seu contexto de surgimento e um novo contexto de recepção. Esse exame obriga a valorizar o papel das diversas instâncias de mediação (viajantes, tradutores, livreiros, editores, bibliotecários, colecionadores etc.) (ESPAGNE, 2012, p. 23).

Nesse sentido, João do Rio se destacou em diferentes instâncias de mediação, sendo ele um viajante, tradutor, colecionador – enquanto proprietário da biblioteca –, divulgador da cultura estrangeira no Brasil e divulgador da cultura nacional na Europa, principalmente em Portugal, por intermédio de suas obras publicadas em Lisboa e Porto. A princípio, é importante destacar seu livro *Fados, Canções e Danças de Portugal*, de 1910, editado pela Garnier. O livro, como o próprio título sugere, aborda três aspectos da cultura lusitana, tendo sido

escrito por um brasileiro e editado por um francês, que possivelmente fez a obra circular em Paris (O'DONNELL, 2008).

João do Rio defendia que os brasileiros possuíam uma dívida com Portugal quanto à cultura e à linguagem. A valorização do patriotismo brasileiro, para ele, estava relacionada ao reconhecimento da herança cultural de Portugal. No livro *Portugal d'Agora*, editado pela Garnier em 1911, o autor afirmou que era necessário um esforço para unir a literatura portuguesa e a literatura brasileira. Ele demonstrou que essa era uma preocupação dos editores e dos novos escritores portugueses. A seu ver, “tão grave é o problema, tão necessário, que para ele se devem voltar impetuosamente todos quantos amam a língua portuguesa” (JOÃO, 1911, p. 253); daí mencionou novamente a questão da língua como argumento para a defesa do seu ponto de vista.

Desenha-se a ideia de cultura brasileira advinda da cultura portuguesa, lógica que acompanhou muitos teóricos dos séculos XIX e XX, talvez até desde a colonização. Para Barreto e Laet (1965), autores da *Antologia Nacional*, cuja primeira edição data de 1895, a literatura brasileira é um “galho vicerante”, assim como a portuguesa, ambas originárias de “um mesmo tronco”, que arriscaríamos afirmar ser uma referência à França. Na mesma linha, Silvio Romero (1851-1914) defendeu que “somos um povo moderno, oriundo de outro também comparativamente novo e civilizado. Os portugueses trouxeram para a sua vasta colônia sua língua adiantada, que ia cantar Camões, sua religião, que os apologistas apontam como a mais fecunda da civilização europeia, e suas instituições já maduras” (ROMERO, 2002, p. 45). Quase um século depois, com forte adesão contemporânea, Candido coloca o Brasil em posição de inferioridade à formação literária europeia e estabelece que nosso país é um galho secundário de Portugal, que, por sua vez, é um galho primário da grande árvore produtora de literaturas e artes: a França. Para ele, “se afastarmos os melindres do orgulho nacional, veremos que, apesar da autonomia que foram adquirindo em relação a estas, ainda são em parte reflexas” e essa condição “não é uma opção, mas um fato quase natural” (CANDIDO, 1989, p. 151).

Para esses autores, não é possível imaginar um cenário em que as trocas culturais sejam em via de mão dupla, ou seja, em que o Brasil também pudesse transferir suas ideias e pensamentos para países europeus. Entretanto, ao contrário do que sugere a metáfora da árvore genealógica ou dos galhos de uma árvore, em que a cultura brasileira seria um galho da portuguesa que, por sua vez, seria um galho da França, João do Rio é aqui tomado como um mediador cultural justamente por estabelecer contatos em via de mão dupla. Ao mesmo tempo que media importação de obras e ideias para o Brasil, ele promove contatos no sentido inverso, exportando sua própria produção escrita para países europeus.

São inúmeros os autores e editores portugueses presentes na biblioteca de João do Rio, e diversas as cidades de onde se originam os volumes – Lisboa, Porto e Coimbra. A correspondência com figuras lusas revela que de lá trazia muitos impressos e que mantinha um trânsito

de livros constante, recebendo os lançamentos portugueses ou enviando os seus próprios para serem publicados ou divulgados lá. Um exemplo disso, recolhido em correspondência enviada a João de Barros, data de 3 de novembro de 1912: “mando-te uma cópia da peça para o República, e escrevo ao mesmo tempo ao Augusto e ao Visconde. Acho que eles podem montar a peça. É brasileira sendo universal, e com 3 cenas de levantar plateia” (D’AVILA, 2013, p. 100). A carta mostra que João do Rio planejava montar a peça *A Bela Madame Vargas* no Teatro República de Lisboa e, por isso, estaria enviando o texto ao amigo João de Barros, ao ator português Augusto Rosa e ao empresário do teatro, Visconde.

Posteriormente, Paulo Barreto procurou recompensar os favores recebidos na Europa por meio de seu trabalho. No mês de junho de 1910, anotou: “é o teu livro definitivo, o teu melhor livro. Vou escrever um artigo. Mas desde já começo a citar-te até em notícias. Mando-te um jornal como prova disso” (D’AVILA, 2013, p. 83), em carta para João de Barros, demonstrando que ajudaria a divulgar o livro em artigos e notícias na imprensa brasileira. Meses depois, em dezembro, João do Rio enviou outra carta contando: “mando-te a entrevista que fiz na rua a propósito do [...] Costa, e outro número com uma notícia sobre o teu livro enternecedor (*Merci, merci* pela dedicatória, ainda uma vez!). Temos feito reclamo ao nosso João!” (D’AVILA, 2013, p. 91). Nesse trecho, “reclamo” tem a conotação de propaganda, ou seja, de divulgação do livro que João de Barros lhe enviara com uma dedicatória, publicando matéria na *Gazeta de Notícias*.<sup>9</sup>

Aparentemente, o objetivo dos autores ao enviar exemplares dos seus livros para João do Rio não era inocente. Eles provavelmente sabiam que assim a possibilidade de ter seus livros comentados em importantes periódicos cariocas era grande. A relação pode ter sido lucrativa também para João do Rio, pois o auxílio dos contatos lusitanos possibilitou que conseguisse fixar seu nome no país. Ele publicou algumas de suas crônicas e alguns livros, fez conferências e teve peças encenadas em terras portuguesas. Já na primeira viagem, Paulo Barreto publicou um de seus livros pela editora *Lello & Irmão*, que tinha sua sede em Porto, e posteriormente publicou em Lisboa pela editora *Aillaud & Bertrand*. Seus outros livros editados em Portugal seguem no Quadro 1.

<sup>9</sup> Resenha publicada na *Gazeta de Notícias*, na coluna “Cinematographo”, em 22 de maio de 1910.

**Quadro 1** – Obras de João do Rio publicadas em Portugal.

OBRA	DATA DA EDIÇÃO	LOCAL DE PUBLICAÇÃO	EDITOR / IMPRESSÃO
Cinematographo: (Chronicas Cariocas)	1909	Porto	Livraria Chardron
Os Dias Passam	1912	Porto	Livraria Chardron
Adiante!: A Bandeira; As Profissões Práticas; A Música e as Patrias; O Momento de Minas...	1919	Porto	Livraria Chardron
Crônicas e Frases de Godofredo de Alencar	1920	Paris / Lisboa	Livraria Aillaud e Bertrand
Ramo de Loiro	19--	Paris / Lisboa	Livrarias Aillaud e Bertrand
A Correspondencia de uma Estação de Cura	19-- (2. ed.)	Lisboa	Portugal-Brasil Companhia Editora
A Mulher e os Espelhos	s.d	Lisboa	Portugal-Brasil Companhia Editora

Fonte: Elaboração própria.

A Livraria Chardron publicou obras de Paulo Barreto antes que se tornasse membro da *Academia Brasileira de Letras*. Essa mesma livraria, tempos depois, passou a pertencer aos irmãos Lello (GUEDES, 1987). Com eles, João do Rio teria negociado bastante e chegou a mencioná-los na correspondência com João de Barros. Escreveu que “o Lello mandou-me 4 exemplares de um livro meu e 100 apenas para os caixões do Alves. É possível fazer reclamo para isso? Acreditará ele que eu não vendo 100 livros? É um cavalheiro que mata as edições da gente” (D’AVILA, 2013, p. 102). No trecho, João do Rio reclama da pouca quantidade de exemplares que o Lello enviara para serem vendidos no Brasil e lamenta que Francisco Alves, livreiro do Rio de Janeiro, tivesse recebido somente 100 volumes para a comercialização. É interessante observar ainda que originais de um brasileiro eram remetidos ao exterior para serem editados no Porto e voltavam ao país para serem vendidos. Em *Portugal d’Agora*, Paulo Barreto elogiou os Lello dizendo que “são duas criaturas encantadoras” e descreveu o trabalho deles como editores de autores brasileiros, como Coelho Neto e Sylvio Romero. João do Rio (1911, p. 248-252) também descreveu os trabalhos da livraria Bertrand, Teixeira e Guerra Junqueiro, afirmando que “o grande mercado dos livreiros portugueses é o Brasil”.

Outra editora de origem francesa que publicou Paulo Barreto foi a Livrarias *Aillaud & Bertrand*. O nome da livraria tem origem na compra por Júlio Aillaud da livraria Bertrand, unificando-as em apenas um proprietário. Guedes (1987) relata que, por meio da ligação da editora com o Brasil, provavelmente João do Rio teria conseguido publicar na sede de Lisboa alguns de seus livros. Porém, o envolvimento de João do Rio com Portugal, para além dos seus contatos pessoais e editoriais, chegou a interferir no seu posicionamento político. O seguinte

comentário de Gomes (*apud* D'AVILA, 2013, p. 471) resume e ilustra o que foi apresentado sobre a relação do cronista com Portugal:

Com a multiplicação dos contatos, não só se inseriu na vida literária portuguesa, editando algumas de suas obras pela Lello & Irmão, fazendo conferência e montando suas peças teatrais nos palcos de Lisboa, como também tornou-se uma espécie de porta-voz dos imigrantes portugueses, estabelecidos no Brasil.

É fácil encontrar exemplos de escritos públicos (crônicas e peças) e privados (cartas e anotações de leitura) em que o cronista enaltecia Portugal ou figuras lusas, principalmente na defesa do país contra os Jacobinos, afirmando que estes só atacavam os lusitanos. Segundo os resumos fornecidos por Rodrigues (1994), em seu catálogo bibliográfico, os escritos de João do Rio no jornal *A Pátria* que abordam a posição dos Jacobinos eram sempre carregados de críticas ao grupo, normalmente acompanhados de algum elogio ou da defesa de Portugal. Os resumos indicam o teor dos textos, já que não foi possível consultar essas publicações, pois se encontram indisponíveis para leitura online no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Em crônicas do livro *Cinematógrafo*, João do Rio descreveu a Exposição Nacional e em uma delas destacou a presença de Portugal na Exposição, relatando que:

Quando se pensou na Exposição Nacional, houve quem tivesse a grata ideia de associar Portugal, o ascendente venerável, ao certame. Era a homenagem justa e era também o interesse de conhecer o progenitor com a sua vida – porque as exposições são grandes cursos de educação universal (JOÃO, 2009, p. 240).

O cronista iniciou o texto com uma reflexão teórica sobre a estética literária e prosseguiu tratando de Portugal para demonstrar as qualidades da nação, caracterizada como uma raça jovem, cuja arte estava em período de renascimento. Com o jornal *A Pátria*, João do Rio estreitou ainda mais sua proximidade com Portugal. O cronista, relatando as consequências da criação do jornal, em carta a João de Barros, reconheceu o que ele representava e contou que:

Claro que o ódio, o desrespeito dos *chers confrères* manifesta-se hidrófobo. Tenho sido insultado em todos os tons. Eu sou o Bolo-Pacha [francês acusado de espionagem], vendido aos portugueses. [...] Que ignóbeis seres! Mas com isso tive compensações: a 1ª é a onda de simpatia que me vem daí, do meu querido Portugalzinho; a 2ª é a de ver que os poveiros e eu demos o tiro nos *cavadores*, sustentando a colônia, o repouso da colônia (D'AVILLA, 2013, p. 345-346).

O trecho demonstra grande apreço pelo país, denominado carinhosamente pelo uso do diminutivo, bem como a posição política de João do Rio, em defesa de Portugal. Tal defesa lhe custou caro, pois foi considerado um traidor por parte de muitos brasileiros, que o acusaram de ter-se vendido. O próprio João do Rio, após voltar de uma viagem à Europa, assumiu o desejo de aproximar politicamente as duas pátrias irmãs por meio das movimentações políticas que estavam ocorrendo em Portugal, que, a seu ver, convergiam com as movimentações do Brasil. Entre os motivos que apontou para tal união, destacava-se a necessidade de “conservar o patrimônio de uma língua esplendida”. Ao mesmo tempo, reconhecia que a ideia não seria bem aceita no Brasil e que “haveria um dar de ombros” (JOÃO, 1911, p. 283). Ainda assim, sua crônica insistia na importância da aliança e afirmava que “só a República, com a qual em breve há de ressurgir a energia viril da antiga e heroica pátria, saberá e poderá reemanar as duas nacionalidades em que se fala a forte e rude, a doce e plangente língua” (JOÃO, 1911, p. 300).

Para justificar o fato de os brasileiros não aceitarem a aliança com Portugal, João do Rio indicou outros países, relacionando ao Brasil e dizendo que “os políticos [brasileiros] conhecem quase com intimidade os políticos franceses, os estadistas ingleses, os tipos formadores do Japão moderno, os ideais da Austrália ou da China. Mas noventa e nove sobre cem, não conhecem senão vagamente, o movimento português” (JOÃO, 1911, p. 286). O que faltou ao cronista em seu polêmico posicionamento, que reconhecia tentativas de dominação europeia – excetuando Portugal –, foi analisar a relação entre os países de uma perspectiva histórica e compreender a impossibilidade de aproximação simétrica entre ambas as pátrias, já que a antiga metrópole não deixaria de tentar explorar sua antiga colônia. Desse modo, João do Rio, ao lado de diversos intelectuais, contribuiu para que a violência colonial fosse minimizada e, muitas vezes, esquecida nas ideias de formação da cultura brasileira.

Outros teóricos ao longo da história brasileira, como os citados Romero (2002) e Candido (1989; 2012), também defenderam pontos semelhantes, postulando que a cultura, em especial a literatura brasileira, viria majoritariamente da cultura lusitana, como os galhos de uma árvore. Assim como o cronista, que em sua trajetória pesquisou as religiões de matriz africana, esses outros autores chegam a reconhecer a participação das culturas africanas e indígenas, mas considerando sempre que a matriz da cultura brasileira foi portuguesa. Nesse sentido, apagam-se as marcas das relações históricas de dominação cultural, política e humana, na medida em que, como defende Schwarcz (2019), a máscara cordial e pacífica da formação brasileira desvia do fato de se ter permitido, inclusive, a posse de uma pessoa por outra, como foi o caso da escravidão. A autora questiona: “como é possível definir o Brasil como um território pacífico se tivemos por séculos em nosso solo escravizados e escravizadas, admitindo-se, durante mais de trezentos anos, um sistema que supõe a posse de uma pessoa por outra?” (SCHWARCZ, 2019, p. 22).

É possível analisar a defesa de João do Rio sobre a irmandade das nações que compartilham a mesma língua, ainda que uma tenha sido colonizada pela outra, pelo paradigma

lusófono. A lusofonia postula a existência de uma comunidade transnacional, espalhada por todo o território terrestre, de falantes do português. A existência dessa comunidade serviu de justificativa, por exemplo, para se incluir a literatura portuguesa na concepção de literatura brasileira. No entanto, Margarido (2000, p. 6), autor português, ao abordar o espaço de domínio do Atlântico por parte de Portugal durante a colonização, defende que “a invenção da lusofonia procura com algum desespero devolver-nos uma parte desse espaço” de poder.

O autor explica que o fato se dá porque “a lusofonia é o resultado da expansão portuguesa e da língua que esta operação teria espalhado generosamente pelo mundo afora”, ou seja, “uma parte desse esforço teórico baseia-se na língua: a utilização do português seria a prova da existência de uma ‘comunidade lusófona’” (MARGARIDO, 2000, p. 12). Essa comunidade seria responsável pelo retorno de certo domínio português, visto que a língua portuguesa seria posta como uma herança do colonizador ao (ex-)colonizado. Daí a necessidade de acordos ortográficos que agradem a Portugal, caso contrário, os portugueses simplesmente se recusam a adotá-los, no sentido de que “assegurar o controle da língua, obrigar os demais locutores a aceitar as regras portuguesas” (MARGARIDO, 2000, p. 12) seria uma ferramenta dessa dominação, pois controlar a língua é controlar parte nuclear da cultura do outro.

Margarido (2000, p. 57) reafirma sistematicamente a ideia de que “os portugueses foram obrigados a renunciar à dominação política e econômica, mas procuraram assegurar o controle da língua”, o que guarda semelhanças com o passado de expansão territorial de domínio político-cultural das fronteiras portuguesas, uma atualização do discurso do lusotropicalismo (dominação ultramarina por parte de Portugal em territórios africanos, buscando mascarar a ideia de colonização). Segundo o autor:

[o] discurso ‘lusófono’ actual limita-se a procurar dissimular, mas não a eliminar, os traços brutais do passado. O que se procura de facto é recuperar pelo menos uma fracção da antiga hegemonia portuguesa, de maneira a manter o domínio colonial, embora tendo renunciado à veemência ou à violência de qualquer discurso colonial (MARGARIDO, 2000, p. 76).

A relação com o lusotropicalismo se dá, segundo Melo (2014, p. 84), por ele se caracterizar como um “discurso forjado por Gilberto Freyre para legitimar a colonização portuguesa na África”, em pleno século XX, quando a ideia explícita de colonização já não era internacionalmente aceita, tornando necessária a formulação de outros nomes para as mesmas práticas. O lusotropicalismo poderia não exercer poder diretamente sobre o Brasil, mas coloca o discurso de domínio político-cultural em evidência, de modo justificado e mascarado.

Logo, o apagamento das violências coloniais no processo de consolidação do Brasil enquanto nação soberana contribuiu, paradoxalmente, para a manutenção da dominação colonial. O problema de João do Rio considerar as pátrias portuguesa e brasileira como irmãs

é justamente o apagamento da violência colonial, na relação entre os países, e a não reciprocidade, em relação a como personalidades lusas encaram o Brasil. Da mesma forma, a ideia de lusofonia como identidade comum a partir da língua portuguesa não é recíproca à ideia de lusofonia como dominação ultramarina, usada como justificativa pela política portuguesa. Como defende Ondjaki (*A LUSOFONIA*, 2014), o problema é que para as ex-colônias a lusofonia une todos os povos a Portugal, enquanto para Portugal, eles são proprietários da língua portuguesa e apenas as ex-colônias são lusófonas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise do material produzido por João do Rio, é possível concluir que ele não foi apenas um cronista das ruas, como se costuma vê-lo. João do Rio não escrevia seus textos apenas através do mundo fora de sua morada e da redação dos jornais, não escrevia somente a partir de depoimentos orais e de experiências vividas na cidade do Rio de Janeiro. Ele escrevia também a partir do que lia, utilizava a própria biblioteca como fonte, e a constituiu, em grande medida, como consequência desse trabalho. A relação profissional com sua biblioteca particular permitiu, por exemplo, que recebesse tantos livros de presente.

Apesar de a França e o idioma francês se destacarem em sua biblioteca, o papel de mediador cultural e a proximidade com Portugal chamam atenção nas relações, conflitos e produções do cronista, tanto em sua vida pessoal – perceptível pela correspondência – quanto na profissional – crônicas brasileiras, publicações em periódicos lusos e livros editados em Lisboa e Porto. Com a noção de transferências culturais (COOPER-RICHET; GUIMARÃES, 2012), foi possível perceber que havia um movimento circular entre Europa e Brasil, e não apenas um empenho de importação passiva da cultura estrangeira, principalmente europeia, no Brasil, como determinadas tradições teóricas – de Candido e Romero, por exemplo – pareceram postular ao longo dos séculos XIX e XX.

Por outro lado, percebeu-se que a importância dada à circulação de pessoas, ideias e livros europeus no Brasil era maior em relação à importância dada aos mesmos elementos brasileiros que circulavam na Europa, com foco especial em Portugal. João do Rio é um exemplo da extrema valorização das produções culturais externas, principalmente teatrais, em detrimento das produções nacionais. Isso ocorre tanto pela questão linguística estudada por Casanova (2002), em que produtos culturais de determinados locais carregam um valor simbólico agregado simplesmente pela sua língua ou variação linguística, quanto pelas demais questões coloniais ignoradas, esquecidas ou evitadas por João do Rio na sua ampla defesa de Portugal. Logo, ainda que o vetor dos contatos culturais não fosse em sentido único, mas por meio de trocas, a dimensão das relações de poder do passado colonial não pode ser desconsiderada.

Isso problematiza a compreensão de João do Rio de Brasil e Portugal como nações “irmãs”; ou a posterior ideia de lusotropicalismo, de Freyre (1940); ou, ainda, a mais recente ideia de lusofonia, enquanto identidade comum aos falantes de português (MARGARIDO, 2000). Com isso, a figura de João do Rio e seu papel de mediação cultural ganham um paradoxo: simultaneamente, ele é responsável pela divulgação de bens culturais brasileiros no exterior, contribuindo para a autonomia do Brasil no cenário internacional, e pela defesa de Portugal como pátria intimamente aliada do Brasil, o que desvia críticas ao processo colonizador na relação entre as duas nações.

Em síntese, havia, de fato, uma circulação em via de mão dupla de produções culturais, especialmente entre Brasil e Portugal, o que não invalida a assimetria na relação de poder entre as diferentes culturas. O papel de João do Rio nesse embate não é menos paradoxal, ou ambivalente, e se assemelha à posição de tantos outros letrados que se lançaram ao desafio de interpretar o Brasil. Ele contribuiu para uma compreensão hegemônica da cultura e literatura brasileira como submissa à portuguesa, ao mesmo tempo que divulgou, no exterior, obras, autores e artistas nacionais, colaborando para o reconhecimento do Brasil no cenário cultural internacional. Ainda assim, a submissão – a qual seu papel polêmico é um exemplo – incorreu, ao longo da consolidação de interpretações hegemônicas do Brasil, no mascaramento da opressão colonial, até mesmo pela defesa de que o Brasil teria uma dívida cultural com seu antigo colonizador. Em termos culturais e sociais, as consequências éticas desse contínuo mascaramento é a reafirmação silenciosa de hierarquias e a perpetuação da colonização e de suas mazelas, como o racismo escravocrata (SCHWARCZ, 2019), em um país politicamente independente.

## REFERÊNCIAS

ABREU, M. Uma biblioteca particular, dois proprietários e nenhum perfil de leitor. Um estudo dos livros de Daniel Pedro e João Guilherme Christiano Muller. *In*: ANASTÁCIO, V. (Org.). **Tratar, Estudar, Disponibilizar**: um futuro para as Bibliotecas Particulares. Lisboa: Banco Espírito Santo – Centro de História, 2013.

A LUSOFONIA vista por Ondjack. YouTube, 2014 (4m27s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=01ZR7H9hyBM&t=>. Acesso em: 15 maio 2020.

ANASTÁCIO, V. (Org.). **Tratar, Estudar, Disponibilizar**: um futuro para as Bibliotecas Particulares. Lisboa: Banco Espírito Santo – Centro de História, 2013.

BARRETO, F; LAET, C. de. **Antologia Nacional**: coleção de excertos dos principais escritores da língua portuguesa do 20º ao 13º século. 41. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves. Editora Paulo de Azevedo Ltda, 1965.

CANDIDO, A. **A educação pela noite & outros ensaios**. São Paulo: Ática, 1989.

CANDIDO, A. **Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos 1750-1880**. 13. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2012.

CASANOVA, P. **A República Mundial das Letras**. Tradução: Marina Appenzeller. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

CHARTIER, R. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Tradução: Mary Del Priore. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

CHARTIER, R. Crítica Textual e História Cultural: o texto e a voz, séculos XVI-XVII. In: **Leitura & Prática / Associação de Leitura do Brasil**. n. 30, Campinas: ALB: Porto Alegre, Mercado Aberto, dez. 1997, p. 67-75.

CHARTIER, R. O Mundo Como Representação. **Estudos Avançados**, v. 5, n. 11, São Paulo, p. 173-191, jan./abr. 1991.

COOPER-RICHET, D; GUIMARÃES, V. Introdução. In: GUIMARÃES, V. (Org.). **Transferências Culturais – o exemplo da imprensa na França e no Brasil**. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: Edusp, 2012.

D'AVILA, C. (Org.). **Cartas de João do Rio a João de Barros e Carlos Malheiros Dias**. Rio de Janeiro: Edições Funarte, 2013.

DARNTON, R. **O Beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**. Tradução: Denise Bootmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

ESPAGNE, M. Transferências culturais e História do Livro. In: **Livro – Revista do Núcleo de Estudos do Livro e da Edição**. n. 2, São Paulo: Ateliê Editorial, ago. 2012.

FERREIRA, T. M. B. C. Bibliotecas de médicos e advogados no Rio de Janeiro: dever e lazer em um só lugar. In: ABREU, M. (Org.). **Leitura, História e História da Leitura**. Campinas, SP: Mercado das Letras, Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999, p.313-333.

FREYRE, G. **O mundo que o português criou: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas**. Prefácio de Antonio Sergio. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

GUEDES, F. **O Livro e a Leitura em Portugal – subsídios para sua história – séculos XVIII-XIX**. Portugal: Editorial VERBO, 1987.

JOÃO, do Rio. **Relações Luso-brasileiras**. Portugal d'Agora. Rio de Janeiro: Garnier, 1911.

JOÃO, do Rio. **Cinematógrafo: crônicas cariocas**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009. (Coleção Afrânio Peixoto)

MARGARIDO, A. **A Lusofonia e os Lusófonos**: Novos Mitos Portugueses. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2000.

MELO, A. C. B. de. Pressupostos, salvo engano, de uma divergência silenciosa: Antonio Candido, Roberto Schwarz e a modernidade brasileira. **Alea**: Estudos Neolatinos (Impresso), v. 16, p. 403-420, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-106X2014000200010>. Acesso em: 15 maio 2020.

MOTA, C. V. O brasileiro abandonou a ‘máscara’ de cordial e assumiu a sua intolerância, diz Lília Schwarcz. **BBC News Brasil**, São Paulo, jun. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48424619>. Acesso em: 2 ago. 2019.

O'DONNELL, J. **De olho na rua**: a cidade de João do Rio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

PEIXOTO, Níobe (Org.). **João do Rio e o Palco**: página teatral. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

RODRIGUES, J. C. **João do Rio** – uma biografia. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

RODRIGUES, J. C. **João do Rio**: catálogo bibliográfico: 1899-1921. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1994.

ROMERO, S. **Literatura, História e Crítica**. Rio de Janeiro: Imago Ed.: Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2002.

SCHWARCZ, L. M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

**FONTES PRIMÁRIAS**: Disponíveis na *Hemeroteca Digital Brasileira*

**A Pátria**, Rio de Janeiro.

**Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro – 1881 a 1940**, Rio de Janeiro.

**Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro.

**O Paiz**, Rio de Janeiro.

Recebido para publicação em: 14 jun. 2020.

Aceito para publicação em: 26 maio 2021.